ACTA Nº 20/2007

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA VINTE DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DOIS MIL E SETE. -**

Aos vinte dias do mês de Agosto do ano dois mil e sete, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º. Fernando Fidalgo Caçoilo, e com a presença dos demais Vereadores, Srs., Dr. João José Figueiredo Oliveira, Profª Margarida Maria São Marcos Amaral, Dr. António Pedro Oliveira Martins e Eng.º. Paulo Sérgio Teixeira Costa. -----

Secretariou a reunião a Técnica Superior de 2ª Classe, Drª Sílvia Cláudia da Costa Freire. -----

A reunião teve início às 15.30 horas. -----

Faltaram à reunião o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador Eng.º. Marcos Labrincha Ré, em virtude de se encontrarem de férias. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade considerar como justificadas as respectivas faltas.

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Vice- Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA. -----

Presente o resumo diário da tesouraria nº 157, do dia dezassete do corrente mês, pelo qual foi tomado conhecimento que, no cofre, existiam as importâncias de € 2.061.191,36 (dois milhões sessenta e um mil cento e noventa e um euros e trinta e seis cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 641.534,16 (seiscentos e quarenta e um mil quinhentos e trinta e quatro euros e dezasseis cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a acta nº. 19, da reunião ordinária realizada no dia seis de Agosto. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto- Lei nº 45.362, de 21 de Novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente acta. -----

EXPEDIENTE DIVERSO. -----

Por unanimidade e, em minuta, foi tomado conhecimento do seguinte expediente: -----

-Da circular nº 92/2007-CO, de 30/07/2007, da ANMP- Associação Nacional de Municípios Portugueses, pela qual enviam alguns exemplares do seu boletim nº 160, de Julho findo; -----

-Do ofício nº 2580, de 07/08/07, do Presidente do Conselho Directivo do IGAPHE- Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, Sr. José Teixeira Monteiro, pelo qual apresenta os seus cumprimentos de despedida, por virtude da extinção do Instituto, e, agradece a colaboração prestada. -----

-Do ofício nº 110/2007-DIR, de 2007/08/08, do Director Regional de Economia do Centro, Sr. Justino Pinto, pelo qual apresenta os seus cumprimentos e manifesta a sua inteira disponibilidade no desempenho das funções que passa agora a desempenhar. -----

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. -----

NÃO REALIZAÇÃO DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA O PRÓXIMO DIA 27 DE AGOSTO DE 2007. -----

PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Considerando: -----

O facto de a quantidade de processos que vão a Reunião de Câmara ser muito inferior ao normal, nesta época do ano, por força do período de férias que vivemos: -----

Proponho: -----

1º Que não se realize a Reunião de Câmara prevista para o dia 27 de Agosto de 2007 (terceira reunião do mês); -----

2º Que desta alteração se dê a devida publicitação pelos meios tradicionais. -----

Paços do Município de Ílhavo, 14 de Agosto de 2007. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

As.) José Agostinho Ribau Esteves”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE IMÓVEL POR MOTIVO DE PARTILHA-FRACÇÃO DESIGNADA PELA LETRA L, NO BLOCO Nº 2, 2º ESQ, Nº 2, DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO POR “48 FOGOS DA LAGÔA”. -----

Presente o processo acima referido do qual se destaca o requerimento registado com o nº 9252, em 16/08/2007, pelo qual Teresa Maria Pereira Topete, residente na fracção acima referida, sita na Rua da Escola Secundária, requer à Câmara a alteração da titularidade do imóvel referido em título, por motivo de partilhas. -----

Do referido processo consta ainda a informação elaborada pela advogada Dr.ª Ana Sofia Canas, do Serviço de Apoio Jurídico, que aqui se dá por integralmente reproduzida. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria, deferir com o voto contra dos Vereadores do PS. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----

CONSTRUÇÃO PARTICULAR. -----

DESTAQUES DE PARCELAS. -----

Presentes os seguintes processos: -----

-O registado com o nº 2947, Pº 711/06, em 2007/07/27, respeitante a António Manuel Vilarinho, residente na Rua Sacadura Cabral, 205- Gafanha da Nazaré. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir a presente destaque de parcela. O deferimento teve como suporte a informação DOPGU/noemiam 2007/08/10 2947/07 1 da responsabilidade da Chefe da DOPGU- Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqtª Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -

-O registado com o nº 2946, Pº 129/07, em 2007/07/26, respeitante à firma Construções Encarnação, Ldª., com sede na Rua Dr. Mendes Correia Pai- Edf.CTT, Sala F 1º A- Vagos. --

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir a presente destaque de parcela. O deferimento teve como suporte a informação DOPGU/noemiam 2007/08/10 2946/07 1 da responsabilidade da Chefe da DOPGU- Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqtª Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida. -

LOTEAMENTO- ALTERAÇÃO. -----

-Presente o processo registado com o nº 1218, Pº 179/07, em 2007/03/27, respeitante à firma Almeida & Amélia- Imobiliária Limitada, com sede na Rua D. António dos Santos, nº 121- Santo António de Vagos. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir a presente Alteração de Loteamento de acordo com a informação e despacho do Sr. Vereador. A informação de referência DOPGU/noemiam 2007/04/24 1218/07 1 é da responsabilidade da Chefe da DOPGU-

Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqtª Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador Engº. Marcos Ré, está datado de 2007/07/24, os quais se dão aqui por integralmente reproduzidos. -----

LOTEAMENTO- INFORMAÇÃO PRÉVIA. -----

Presente o processo registado com o nº 2263, Pº 676/03, em 2007/06/11, respeitante a Sérgio Filipe Branco Ribeiro, residente na Rua da Capela nº 121- Bonsucesso- Aveiro. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir a presente informação prévia de acordo com a informação e despacho do Sr. Vereador. A informação de referência DOPGU/noemiam 2007/08/07 2263/07 3 é da responsabilidade da Chefe da DOPGU- Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqtª Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador Engº. Marcos Ré, está datado de 2007/08/16, os quais se dão aqui por integralmente reproduzidos. -----

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. -----

COMÉRCIO E INDÚSTRIA. -----

**PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO-
DESPACHO- RATIFICAÇÃO.** -----

Presente o processo acima referido, do qual se destaca o requerimento registado com o nº 9159, em 13/08/2007, pelo qual Oliveiros Gandarinho Ferreira, residente na Rua dos Cardais-Vagos , requer à Câmara o alargamento do horário de funcionamento do Bar Salinas do Mar, Ldª., sito na Praia da Barra, até às 06H00 do dia 18 para o dia 19 do mês em curso, para realização de uma festa de praia. -----

Exarado no processo consta o seguinte despacho do Sr. Vice- Presidente da Câmara, Engº. Fernando Fidalgo Caçoilo: -----

-“Visto, concordo conforme o proposto pelo Sr. Chefe da DAG, e como tal considero de deferir a pretensão apresentada. -----

Envie-se à Câmara Municipal para ratificação. -----

07/08/16 -----

O Vereador com Competências Delegadas. -----

As.) Fernando Fidalgo Caçoilo” -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Sr. Vereador. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

Esgotada a Ordem do Dia, eram 16.40 horas, e, dado não se encontrar presente no Salão Nobre nenhum munícipe, a quem pudesse ser permitida a antecipação da intervenção, pelo Sr. Vice- Presidente da Câmara foi suspensa a reunião até às 17.30 horas, hora estipulada para as intervenções do público. -----

Reaberta a reunião àquela hora com a presença do Sr. Vice- Presidente da Câmara, e pelos demais Vereadores Prof^a Margarida Maria São Marcos Amaral, Dr. António Pedro Oliveira Martins e Eng^o. Paulo Sérgio Teixeira Costa, foi, acto imediato, pelo Sr. Vice- Presidente da Câmara dada a palavra ao munícipe, entretanto, chegado. -----

Assim, falou, Pedro Manuel Marnoto Herdeiro, residente no prédio onde se encontra instalado o estabelecimento Visual, na Costa Nova, que referiu que ao chegar-se lá não está afixada a tabela dos preços a praticar e não possui a licença de funcionamento. Já por diversas vezes chamou a polícia, devido ao ruído, mas quando a polícia chega nada pode fazer, pois o estabelecimento não tem horário afixado. Existe uma série de Contra- Ordenações na Câmara, que chegam e param, independentemente de terem um prazo para a sua aplicação. Que são autorizadas festas e o estabelecimento não tem licença, pelo que pergunta o que é que a Câmara vai fazer? -----

Tomando a palavra, o Sr. Vice- Presidente da Câmara disse que existe naquele espaço uma situação de facto, que já se arrasta há alguns anos, que é falta da licença de utilização daquele espaço. Os autos de contra- ordenação estão no gabinete jurídico, e a Dr^a. Sofia Canas está a tratar do processo. Portanto, o processo não está parado. O processo está numa situação de análise. Acontece que já em 2004 e 2005, quando a Câmara oficializou o Visual no sentido de se resolver algumas questões técnicas, nomeadamente a alteração da propriedade horizontal é uma questão complicada, especialmente quando os condóminos não têm uma atitude de participação, porque esta alteração da propriedade horizontal, só terá viabilidade se efectivamente houver acordo por parte dos condóminos. Se não houver acordo, tudo isto é complicado e se arrasta. -----

Normalmente nestas situações, deve-se respeitar logicamente os vizinhos. Não temos a menor dúvida disso, tenta-se que as coisas sejam resolvidas, quanto possível a bem. Como disse no início e, bem, aquele bar é uma mais valia para aquele espaço, dado estar inserido na

zona que está, e que tem os anos que tem, e que logicamente é importante que aquilo funcione dentro do tal respeito. -----

Portanto, tem havido aqui por parte da Câmara uma atitude de não é, o deixar correr, mas, no fundo, ver se as pessoas resolvem a questão, nomeadamente esta da alteração da propriedade horizontal, porque no fundo ela é o ponto de partida para resolver as outras situações. -----

O Sr. Pedro Manuel Marnoto informou a Câmara que o condomínio reuniu na última semana e não aprovou a alteração de propriedade horizontal solicitada pelo Visual. -----

O Sr. Vice- Presidente da Câmara respondeu o seguinte: -----

Se os condóminos não consentiram a alteração desta propriedade horizontal, não sei se isto terá solução possível, ou acaba tudo. Admito que depois deste Verão e após resposta, espero, do Visual ao n/ofício, terá que ter uma solução de uma forma ou de outra, porque não se pode eternizar esta situação. A Câmara tem consciência de que não está bem, e tomará uma resolução definitiva o mais rápido possível. -----

As contra - ordenações não estão na gaveta como deixou entender. Uma pessoa ser multada, também não vai resolver as questões e os problemas. . O que era importante era de uma forma ou de outra, resolver as questões legais. -----

E, nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada. Eram 18,05 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta que eu,

, servindo de Secretária, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Vice-
-Presidente da Câmara. -----